

## • Introdução •

A primeira grande recessão do século XX, que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, teve como resultado sistemas políticos rivais e instituições igualmente opostas, num quadro que deu forma a um mundo polarizado, com forças antagônicas em luta para estabelecer diferentes visões do desenvolvimento econômico e, na verdade, diferentes visões de dominação hegemônica. Tudo isso para nos empurrar mais uma vez em direção à decadência, quando outra recessão, também originada em Wall Street, nos açoitou com a força de um tsunami, em 2008.

Agora, contudo, foram adicionados à equação novos fatores desafiantes e decisivos, que nenhuma outra civilização jamais conheceu: ameaças ambientais sem precedentes – desastres naturais atribuídos a mudanças climáticas, níveis inéditos de pobreza mundial, aumento do “excedente populacional”, desenvolvimento científico e tecnológico extraordinário –, que colocam nossas sociedades diante de dilemas gravíssimos; sem falar no declínio dos sistemas morais e políticos que tinham dado às instituições da modernidade certo grau de coesão e estabilidade sociais.

Baseado no trabalho de Zygmunt Bauman, este livro analisa, de maneira contextualizada historicamente, o significado da primeira crise financeira global de nosso novo jovem século,

estabelecendo relações e indagando suas causas, implicações e alguns dos desafios morais e políticos que se apresentam em nosso horizonte. Assim, esta que pode ser considerada uma passagem “final” no declínio das instituições políticas da modernidade é analisada aqui, buscando-se examinar questões para além da dimensão dos fenômenos econômicos que integraram a crise de Wall Street.

Colapsos financeiros têm lugar em meio a contextos históricos, em conformações discursivas específicas, de caráter econômico, político e moral. As duas maiores recessões ocorridas no espaço de dois séculos têm sido associadas ao processo de longuíssimo prazo de saída da modernidade e a desdobramentos históricos de grande monta – do fascismo e do totalitarismo ao neoliberalismo; do Holocausto à queda do muro de Berlim; do declínio do Estado etnocrático na América Latina à Guerra do Iraque.<sup>1</sup> Ambas as recessões ocorreram no contexto de enormes processos políticos, morais, tecnológicos e militares que não podem ser compreendidos sem a revisão dos arquivos da história e das conformações ideológicas e econômicas que os produziram.

A crise pode nos apresentar oportunidade para modificar nossa situação e refletir sobre ela, ocasião para tentar compreender como chegamos no ponto em que agora nos encontramos e o que podemos fazer, se é que podemos, para mudar de direção. É possível que represente uma oportunidade genuína para a produção de “conhecimento inovador” e para o traçado de novas fronteiras epistemológicas, com implicações para futuras linhas de pesquisa e frentes de debate. Isso posto, a crise deve abrir uma possibilidade de dar um passo atrás e trazer à baila novas perguntas, de rever e desafiar todos os nossos quadros teóricos, e explorar algumas de nossas cavernas históricas e mentais com ferramentas analíticas e epistemológicas mais apropriadas, esperando que possamos assim nos identificar e aprender com nossa ingenuidade histórica.

Não é o bastante tentar observar, em caráter imediato, as causas e os efeitos econômicos e financeiros do colapso de setembro

de 2008; é desejável um exame completo, uma revisão da estrutura que deu forma à nossa abordagem da economia, avaliando, nas encruzilhadas históricas atuais, que instituições sobreviverão e quais podem se tornar redundantes ou mesmo ser “extintas”.

A colossal debacle de Wall Street, em 2008, e o subsequente colapso do setor bancário não sinalizaram a derrocada do capitalismo. Isso fica evidente não apenas na maneira nítida como Bauman fala a esse respeito aqui; também se manifesta no movimento dos líderes mundiais, quando se reuniram no encontro do G-20 em Washington, pouco depois do desastre nas bolsas, ratificando seu compromisso com o dogma da economia de livre mercado<sup>2</sup> e atuando para transformar o Estado numa gigantesca companhia de seguros que emite apólices para os bancos e Wall Street. De fato, como Bauman sugere, no capitalismo, a cooperação entre Estado e mercado é uma regra; conflitos entre os dois, se chegam a surgir, são uma exceção, e os acontecimentos mais recentes apenas confirmaram essa regra.

A crise financeira global de 2008, e a inabilidade ou relutância dos governos em regular os setores financeiro e bancário – traço característico do que Bauman chama de tempos líquidos –, disparou uma recessão sobre nós, lançando-nos rumo a territórios desconhecidos. No começo de 2009, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que o desemprego mundial poderia aumentar para um arrasador índice de 50 milhões de pessoas. O Banco Mundial, em seu prognóstico econômico para 2009,<sup>3</sup> calculou em cerca de 53 milhões o número de pessoas que, nos países em desenvolvimento, permaneceriam no nível de pobreza por efeito da desaceleração econômica global; mais ainda, em seu relatório para o primeiro trimestre de 2009, a instituição estimou que o aumento dos preços de alimentos e combustíveis em 2008 tinham empurrado outros 130 a 150 milhões de pessoas para a linha da pobreza, e que era provável que a crise global mantivesse 46 milhões abaixo “dessa linha, que é de US\$ 1,25 por dia”.

Em fevereiro 2009, o maior programa de incentivo econômico na história dos Estados Unidos foi aprovado pelo Congresso do país. Esta foi considerada uma vitória do presidente Barack Obama, menos de um mês depois de assumir o governo. O primeiro mês da gestão de Obama incluiu um pacote de socorro aos bancos de pelo menos US\$1,5 trilhão (R\$2,8 trilhões).<sup>4</sup> Mas esses números não são páreo para a escala do problema no plano global. Em seu relatório de fevereiro 2009, o Banco Mundial indicava que a recessão anularia muitos dos avanços conquistados no sentido de reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento.

Na Grã-Bretanha, considerada isoladamente, o retrato não poderia ser considerado melhor, como mostrou um relatório da fundação Joseph Rowntree, ao apontar que, “embora a recessão não vá afetar em grande medida os números da pobreza infantil, ela sem dúvida irá piorar o perfil da criança pobre”. Esse relatório estimou que “2,3 milhões de crianças no Reino Unido viverão na pobreza em 2010, passando ao largo da meta de 1,7 milhão estabelecido em 1999”.<sup>5</sup>

Era de se esperar que as maiores vítimas da crise fossem os mais pobres, dentro ou fora das “economias avançadas”: de modo inevitável, a crise econômica minaria os planos ajustados pelas Nações Unidas no sentido de alcançar os objetivos de redução da pobreza até 2015, estabelecidos nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, em 2000, na Cúpula do Milênio da ONU. Qualquer progresso na diminuição da mortalidade infantil, que poderia representar 200 mil a 400 mil crianças a mais morrendo por ano se a crise persistisse, teria de ser adiado, como admitiu o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick.

No momento em que este livro foi concluído, tudo isso era somente a ponta do iceberg, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) alertava que o mundo inteiro teria uma taxa de crescimento econômico próxima de zero em 2009, enquanto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) chamava atenção para o fato de que a fome no mundo atingira 1,02 bilhão de pessoas.<sup>6</sup>

Esses números representam o quadro geral em dados bastante conservadores – se é que alguém está pronto para eles, ou seja, para aceitar a frieza das estatísticas e dos números como a melhor maneira de medir e quantificar a miséria humana e os “refugos humanos”. Contudo, como demonstrarão nossas conversas neste livro, é preciso muito mais que apenas números para dar conta dessas ideias. A crise econômica, com os posteriores planos de governos por todo o mundo para coletivizar a dívida privada do setor financeiro, também revelou intrincadas construções linguísticas e complexos desenvolvimentos discursivos.

Assim, nos últimos tempos, a linguagem dos direitos mudou: os cidadãos tornaram-se “clientes”; pacientes temporários ou permanentes de hospitais tornaram-se “clientes”; a pobreza foi criminalizada – como Bauman mostra em toda sua obra; e a “pobreza extrema” tornou-se uma “condição patológica”, mais que um reflexo da injustiça estrutural – uma “disfunção” daqueles que são pobres, e não uma disfunção estrutural de um sistema econômico que gera e reproduz desigualdades;<sup>7</sup> e, mais recentemente, a própria recessão passou a ser vista como uma questão de “segurança nacional”, no novo idioma implantado pelo novo Serviço Nacional de Inteligência dos Estados Unidos.<sup>8</sup>

Esses desdobramentos financeiros e a crise da ortodoxia econômica no fim do século XX ocorreram como parte de processos históricos – incluindo a ascensão e queda do Estado de bem-estar social keynesiano no pós-guerra, a ascensão e queda do Estado-nação e da democracia, todos eles temas que Bauman analisou em profundidade em inúmeros textos, e que são revisitados em nossas conversas.<sup>9</sup>

Há, na visão de Bauman, muitos exemplos de que nossas percepções do Estado e de sua realidade mudaram, “levando os mercados consumidores a passar para o lugar deixado pelo Estado”, fenômeno que se tornou claro desde que o presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e a primeira-ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido, impuseram políticas de privatização e

desregulamentação com consequências catastróficas no mundo todo e que levaram ao colapso de 2008.

Outro exemplo dessas mudanças drásticas diz respeito às mutações do Estado de bem-estar: a finalidade estatutária das agências criadas para lidar com a pobreza não é mais, diz Bauman, manter os pobres em boa forma. De fato, a nova tarefa das agências do Estado é “policiar os pobres”, mantendo “algo como um gueto sem paredes, um campo de prisioneiros sem arame farpado (embora densamente contido por torres de vigia)”. Esses são alguns dos temas que abordaremos aqui, ao ingressarmos num intercâmbio aberto, franco e interdisciplinar, buscando conferir profundidade aos últimos desenvolvimentos, em lugar de isolá-los numa perspectiva econômica estreita e reducionista.

### Quem é Zygmunt Bauman?

Como muitos outros intelectuais da Europa Oriental, Bauman sofreu com a perseguição nazista, e sua família foi forçada a emigrar para a União Soviética em 1939, depois que a Polônia foi invadida pelas forças de Hitler. Mais tarde escapou do stalinismo e voltou à Polônia natal – onde assumiu um posto na Universidade de Varsóvia. Tornou-se vítima de expurgos antissemitas, em 1968, e foi forçado a emigrar novamente, encontrando na Grã-Bretanha seu domicílio permanente, que desde então tem compartilhado com a esposa, a escritora Janina Bauman. Em 1971, tornou-se professor na Universidade de Leeds, onde escreveu o volume mais substancial de sua pesquisa, com resultados espantosos, até que se aposentou, em 1990, passando a produzir uma prolífica série de publicações.

Bauman viveu a experiência de polarização de um mundo dividido entre duas visões conflitantes sobre a maneira de combater a recessão. Num extremo, a economia de livre mercado, que levou o presidente americano Franklin D. Roosevelt, no início do século XX, a criar condições para garantir a posição